

Racismo, Sexismo e Classismo na obra Hierarquia de Helen Wan.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17008662>

Talles do Nascimento Martins (Graduando em História/Unila)

Email: talesmrtns76@outlook.com

Resumo: Esta pesquisa foi realizada com o propósito central de analisar como a interseccionalidade de gênero, classe e raça está presente na obra Hierarquia, de Helen Wan, examinando as agressões sofridas por Ingrid Yung, uma protagonista sino-americana em um ambiente jurídico predominantemente masculino, branco e heterossexual (WASP). O problema da pesquisa investiga como se dão as opressões raciais estruturais contra as populações sino-americanas, especialmente a persistência dessas estruturas no presente, além de questionar os mecanismos de silenciamento e apagamento das minorias e criticar o mito da meritocracia. O objetivo principal do artigo é analisar as representações de racismo, sexismo e classismo em Hierarquia, destacando as microagressões e estruturas de poder no ambiente corporativo. Como objetivos secundários, busca-se explorar o protagonismo feminino não branco na literatura e seu papel político na denúncia de violências interseccionais, estabelecendo um diálogo entre História e Literatura, utilizando teorias como interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Collins, 2024) e estudos raciais (Nascimento, 2021; Munanga, 2003). A metodologia consiste em um estudo qualitativo, baseado em análise crítica literária e revisão bibliográfica. O material analisado foi o romance Hierarquia (Wan, 2022). Com uma abordagem interseccional das experiências da personagem Ingrid Yung, correlacionando-as com conceitos como racismo, meritocracia e síndrome do impostor. Conclui-se que o ambiente corporativo retratado em Hierarquia reproduz hierarquias coloniais, onde minorias são toleradas, mas não integradas equitativamente.

Palavras-chave: Racismo; Interseccionalidade; Helen Wan; Hierarquia.

Introdução

A pesquisa tem como objeto central analisar, sob uma perspectiva histórica, o romance Hierarquia, da advogada e romancista sino-americana Helen Wan, publicado originalmente em 2013 nos Estados Unidos e em 2022 no Brasil. A obra retrata o tratamento dado a uma mulher sino-americana (Ingrid Yung) no mundo corporativo, bem como os laços afetivos construídos nesse ambiente, abordando as concessões — conscientes e inconscientes — necessárias para permanecer em um espaço dominado por homens brancos, heterossexuais e pertencentes ao grupo descrito pelo acrônimo WASP (White Anglo-Saxon Protestants), trazendo um recorte de gênero, raça, classe e sexualidade para a produção histórica e literária sino-americana.

Propõem-se um diálogo teórico-metodológico entre História e Literatura, destacando o papel da literatura na elaboração de representações e imaginários sociais, como pode se observar nos debates de Barros (2004) e Celso (2009). A metodologia consiste em revisão bibliográfica crítica, dialogando com a historiografia afrodiaspórica e os estudos culturais, com o objetivo de analisar o contexto sino-americano contemporâneo sob a lente de uma história não escrita por "mãos brancas" — conforme proposto por Beatriz Nascimento (2021) em sua busca por uma "história escrita por mãos negras".

De acordo com Munanga (2003), raça pode ser compreendida como um conceito sociológico que se baseava na melanina e em fenótipos (cor da pele, olhos, cabelo), sendo que, no século XVIII, classificava-se a humanidade em três raças: branca, negra e amarela. No século XIX, outros traços físicos (formato do nariz, lábios e queixo) foram incorporados à categorização racial.

A questão central parte do romance Hierarquia, que debate o lugar social ocupado por descendentes de asiáticos no ambiente corporativo — com ênfase no campo do direito — e as violências sofridas por pessoas de fenótipo asiático. Paralelamente, investigam-se as possibilidades de um protagonismo feminino não-branco na literatura e o papel político da denúncia de violências interseccionais. Como afirma Patricia Hill Collins (2024), assim como Kimberlé Crenshaw (1989) Ochy Curyel (2007) e Carla Akotirene (2019), é impossível compreender contextos socioculturais sem analisar interseccionalmente os múltiplos eixos de opressão.

As interconexões entre o racismo aos negros e aos orientais em Hierarquia

A personagem principal é descrita como uma mulher heterossexual, sino-americana (descendente de chineses e nascida nos Estados Unidos), cujo pai possui nível universitário e é oriunda da classe média. Essa caracterização fica evidente na seguinte descrição: “Quando se é a única mulher, com a pele mais escura, o nome mais estranho e a voz mais suave em uma sala cheia de executivos arrogantes, você aprende a escolher suas batalhas” (Wan, 2022, p. 32).

A partir da leitura, compreende-se que a personagem está ciente de que, para permanecer naquele ambiente, enfrentará preconceitos e precisará optar entre responder às

observações discriminatórias ou fingir ignorá-las, evitando represálias por não “entender” piadas supostamente simples. A ideia subjacente é a necessidade de suportar microagressões no ambiente de trabalho para alcançar seu objetivo profissional: tornar-se a primeira sócia descendente de asiáticos em um dos maiores escritórios de advocacia dos Estados Unidos. Ingrid, assim como muitos imigrantes, vivencia a tensão entre dois mundos — o chinês e o estadunidense —, o que a leva a construir uma identidade híbrida, exemplificada no trecho: “Eu falava com meus pais em uma mistura de mandarim e inglês, meu próprio dialeto do ‘Chinglês’” (Wan, 2022, p. 26-27).

As microagressões sofridas por Ingrid podem ser definidas como “insultos diários, sutis, intencionais ou não, cometidos contra pessoas não brancas a partir de sua identificação racial” (Mizael, 2024, p. 3). Um exemplo disso é a justificativa sexista para a sub-representação de mulheres na empresa: “Não sabemos se homens suficientes ficarão confortáveis se contratarmos uma advogada que não tenha ‘bolas’” (Wan, 2022, p. 264).

A personagem principal, uma mulher próxima dos 30 anos que dedicou sua vida ao trabalho e aos estudos, ilustra o debate interseccional proposto por Crenshaw (1989), segundo o qual gênero, raça e classe são eixos de opressão interdependentes. A forma como é percebida no ambiente corporativo é explicitada na redução de sua identidade a estereótipos: “Esse era o termo que usavam para mim na empresa. ‘Mulher de minoria étnica’” (Wan, 2022, p. 117). Apesar de seu mérito profissional, sua etnia e gênero são usados para desqualificá-la, reforçando a dinâmica de exclusão.

Para Akotirene (2019), a interseccionalidade é uma abordagem teórico-metodológica que articula estruturas de opressão como racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, criando identidades sobrepostas para mulheres racializadas a partir do colonialismo moderno. Nessa perspectiva, o racismo — conforme definido por Munanga (2003) — é uma ideologia essencialista que hierarquiza grupos humanos com base em características físicas e culturais, originalmente direcionada à população negra, mas estendível a outras comunidades racializadas,

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças

naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (Munanga, 2004, p. 8).

Uma das formas de identificar a persistência das estruturas de controle do colonialismo moderno está na concepção de sucesso vinculada à meritocracia. Nesse contexto, a meritocracia é definida como “um conjunto de valores que rejeita toda forma de privilégio hereditário e corporativo, avaliando as pessoas de forma única, sem considerar suas trajetórias profissionais” (Barbosa, 1999, p. X).

A crença nesse ideal meritocrático, que a personagem alimentou por anos, a fez suportar oito anos em um ambiente hostil. Ao final desse período, ela reconhece a falácia do discurso: “Eu tinha estendido a mão alegremente e me deixado levar pelo caminho, como João e Maria, seguindo de modo estúpido as migalhas de pão todos esses anos, e agora não tinha absolutamente nada a mostrar. Eu tinha sido enganada pelo mito da meritocracia” (Wan, 2022, p. 260).

A necessidade de suportar microagressões em troca de reconhecimento profissional é explicitada em seu desabafo: “De algum modo, realmente fui tola o bastante para acreditar que, se apenas mantivesse a cabeça baixa, trabalhasse pesado e fizesse tudo que me fosse pedido, eu seria recompensada. Que idiota” (Wan, 2022, p. 260). Essa reflexão levanta questões sobre os limites do silêncio frente ao preconceito em um contexto em que a sobrevivência financeira depende da conformidade.

Outra violência enfrentada pela personagem é a hipervisibilidade racial: ser uma das poucas pessoas não brancas em um ambiente majoritariamente branco implica que qualquer erro será atribuído não a ela individualmente, mas ao grupo que representa. Esse fenômeno é ilustrado pela experiência de sua orientadora, mencionada no *New York Law Journal* como uma das “10 advogadas não brancas para acompanhar” — ironicamente, uma lista fácil de compor, já que “só havia umas 50 profissionais atuando” (Wan, 2022, p. 128).

A naturalização das violências é explicitada na analogia: “No âmbito do preconceito racial, era como encontrar um cabelo flutuando na sopa — irritante, mas não valia a pena fazer um grande alarde” (Wan, 2022, p. 32). Contudo, a relação com Tyler oferece um espaço de resistência, onde ambos compartilham registros meticulosos de ofensas: “Mantínhamos um registro de todas as ofensas recebidas [...] Contávamos como se fossem histórias de guerra.

Arregaçamos as mangas e revelamos uns aos outros, como cicatrizes de batalha” (Wan, 2022, p. 276).

Ingrid oculta dos pais o custo psicológico de sua carreira, limitando-se a relatar conquistas superficiais: um escritório em Manhattan, uma secretária própria. A vergonha de admitir o preço pelo sucesso é sintetizada em: “Ninguém mexe com minha Ingrid, minha mãe me disse certa vez. Ah, mas eles mexem, mamãe, eu queria dizer para ela, mas não podia. Eles mexem” (Wan, 2022, p. 220).

A estereotipação étnico-profissional também é uma violência estrutural. Seus pais reforçam o imaginário de que asiáticos devem seguir carreiras “tranquilas” e técnicas: “Médico, sim. Contador, sim. Tubarão do mundo corporativo, não” (Wan, 2022, p. 26). Essa lógica ecoa no Brasil, onde mulheres negras são associadas a subempregos, enquanto asiáticos são tolerados em profissões “de elite”, desde que reproduzam estereótipos de docilidade.

A apropriação cultural é outro eixo de crítica. No livro, um rap — originalmente uma expressão da cultura negra — é parodiado para trivializar o racismo, transformando-o em “um rap que brancos ricos tinham escutado” (Wan, 2022, p. 83). Como define Rodney William (2019), a apropriação cultural “esvazia símbolos de pertencimento, convertendo-os em mercadoria sob a lógica colonial-capitalista”., como,

Trata o tema da apropriação cultural sob a ótica histórico-cultural do colonialismo, relembrando o processo de aculturação e aniquilamento dos costumes pelo qual passaram os povos escravizados. Faz, a partir daí, a conexão com as práticas predatórias dos mercados capitalistas colonizadores atuais, que se valem dos traços culturais de um povo para lucrar, e esvaziam de significado esses símbolos de pertencimento (William, 2019)

Compreendendo a apropriação cultural como uma atualização das ferramentas coloniais, manifesta no Brasil por meio da instrumentalização de expressões como samba, jongo, carimbó, maxixe, maculelê, maracatu, capoeira, tranças, turbantes e carnaval, desvincula-se e minimiza-se o reconhecimento do impacto da Amefricanidade — categoria político-cultural proposta por Lélia Gonzalez para combater a visão eurocêntrica que reduz a formação cultural da América Latina e do Brasil a uma matriz exclusivamente europeia.

Um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica

Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência) (Echazú Böschemeier, Inés Cejas, 2021).

As violências retratadas no livro transcendem o ambiente de trabalho, manifestando-se também em espaços cotidianos. Um exemplo é a cena em que o pai de Ingrid, ainda na infância dela, é interpelado pelo porteiro de um prédio de alto padrão: “O porteiro ergueu os olhos, apontou com a cabeça para a esquerda e disse: — A entrada de serviço é logo ali. Meu pai parou por um segundo e então começou a passar pelo porteiro” (Wan, 2022, p. 57). A associação imediata do pai a um prestador de serviços — e não a um morador — revela o racismo estrutural em uma sociedade onde a presença não branca em espaços elitizados é lida como exceção.

O silêncio que se segue à agressão é duplamente significativo: Ingrid cala-se por acreditar que o sucesso a protegerá futuramente, enquanto seus pais, imigrantes chineses, silenciam como estratégia de sobrevivência. A expectativa infantil de que o porteiro se retrataria é frustrada: “Pensei por um momento que ele pudesse se desculpar — ele tinha que fazer isso, não tinha? —, mas ele simplesmente voltou para trás da mesa e pegou o jornal” (Wan, 2022, p. 57). Essa cena ecoa a reflexão de Elie Wiesel: “o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio”, que dialoga com a análise de Munanga sobre o racismo, que “mata fisicamente e simbolicamente, silenciando vítimas e perpetuando a cumplicidade branca” (Entrevista IHU, 2023).

Ingrid é posteriormente cooptada como “garota do pôster da diversidade” (Wan, 2022, p. 114), um papel que exige seu silêncio sobre as violências sofridas. A empresa instrumentaliza sua identidade para projetar uma imagem inclusiva, enquanto a pressiona a omitir relatos de racismo: “Quando você é a única pessoa com uma combinação determinada de gênero e raça, as pessoas se sentem à vontade para sugerir como você deve utilizar seu tempo ou habilidades” (Wan, 2022, p. 116). Essa dinâmica a lança na síndrome do impostor, questionando se seu lugar se deve ao mérito ou a cotas simbólicas: “Então você se sente que foi escolhida pela virtude de ser — uma mulher? Ou uma americana de origem asiática? Como se uma pudesse ser separada da outra” (Wan, 2022, p. 120).

A decisão de Ingrid de renunciar ao cargo, mesmo em um contexto de desemprego elevado, expõe o mito da meritocracia. Ela reconhece que, apesar de seu esforço, “o poço de boa vontade que os sócios tinham por [ela] sempre seria mais raso” (Wan, 2022, p. 296) do

que por colegas brancos. A conclusão é amarga: “Às vezes, no grande esquema das coisas, nos cabe fazer certas coisas não porque queremos, mas porque estamos entre os poucos que podem” (Wan, 2022, p. 184).

O sistema corporativo, moldado por e para homens brancos WASP (White Anglo-Saxon Protestants), exclui não brancos de redes de poder. A hierarquia é explicitada na metáfora do “grande exame final”, reservado a “poucos selecionados” (Wan, 2022, p. 72), enquanto os demais — os “idiotas” não brancos — são mantidos à margem.

A teoria da interseccionalidade pelo olhar sino-americano

O debate sobre questões de gênero na China continental, assim como entre a população sino-diaspórica, não é recente. Pelo contrário, é uma discussão presente tanto entre mulheres quanto homens desde o fim da Dinastia Qing e durante a Era Republicana (1912-1949). Nesse período, o próprio movimento revolucionário comunista chinês aderiu ao discurso de que, para a revolução ser bem-sucedida, era necessário unificar as demandas de múltiplos setores da sociedade, incluindo os movimentos que lutavam pela igualdade de direitos para as mulheres. O enfoque principal, no entanto, era a inclusão feminina por meio da educação e do ingresso no mercado de trabalho em condições semelhantes às dos homens (Chen, 2011).

Para Chen (2011) foi após a instauração do governo da República Popular da China (RPC), em 1949, que os estudos de gênero se aprofundaram no país. Esse desenvolvimento, no entanto, não deve ser confundido com o que nós, no Ocidente, chamamos de 'feminismo hegemônico' — o movimento que, historicamente, fala por mulheres brancas de classe média. A principal razão para essa distinção é que a implementação de leis para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres foi promovida pelo próprio Partido Comunista.

Essa iniciativa não foi influenciada por escritos feministas ocidentais, mas sim por uma visão que mesclava a cosmologia chinesa com a política. Essa perspectiva compreendia que a sustentação do céu e do mundo dependia da harmonia entre as energias feminina (yin) e masculina (yang). Para que o mundo funcionasse em equilíbrio, era necessário que ambas as forças estivessem em harmonia (Chen, 2011).

O estudo de gênero foi um passo importante e um tema de intenso debate dentro do governo da RPC, não se restringindo apenas às mulheres. De fato, grupos masculinos dentro do Partido Comunista apoiaram as demandas feministas chinesas, que levaram à instituição de leis cruciais, como a abolição da poligamia e a proibição da prática dos 'pés de lótus' — uma tradição que modificava permanentemente a estrutura dos pés femininos, como pode ser observado na figura a seguir. Outra política de grande impacto, a 'política do filho único', também foi implementada nesse contexto mais amplo de planejamento estatal (Chen, 2011).

Figura 1 - Um pé de lírio dourado chinês



Fonte: Afong (1870).

É nesse cenário de intenso debate interno na China que a diáspora chinesa, particularmente as mulheres sino-americanas, adota a interseccionalidade. Esse conceito permite trazer à tona a forma como a racialidade marca as vivências das pessoas, um debate que, embora tenha ênfase nas experiências de mulheres negras, se estende a todos os outros grupos socialmente racializados.

Nesse espectro, encontram-se as mulheres sino-americanas, além de descendentes e imigrantes de outros países da Ásia. Portanto, o foco central desta parte do trabalho será analisar como o debate interseccional é atualmente conduzido por mulheres com ligação direta com a China, buscando compreender como elas mesclam a herança cultural chinesa a uma conversa global sobre gênero, classe e raça.

Uma dessas abordagens é a de Rey Chow (1993), que compreende que as experiências sino-americanas são definidas pela formação de uma nova identidade fora da China e pela representação cultural construída na América. O foco da análise está em retratar não as experiências da América como um todo, mas sim as dos Estados Unidos, ainda que, no texto, a influência estadunidense de se autoconceber como "América" se reflita na escrita da autora.

Chow (1993) reivindica que a existência chinesa na América é marcada pela diáspora em um país que, ao mesmo tempo que busca imigrantes para formar sua massa de trabalhadores, os rejeita quando não representam os ideais de uma nação branca. Simultaneamente, a identidade chinesa se modifica na nova terra devido ao deslocamento, ao hibridismo e às negociações culturais necessárias para a adaptação às condições financeiras e geográficas da diáspora.

Assim, para a autora, a nova realidade gera um aumento da complexidade na identidade sino-americana. Chow (1993) destaca que as experiências sino-americanas envolvem múltiplas dimensões, desafiando categorias fixas e amplificando o hibridismo cultural, tendo assim vivências marcadas por:

- Interseção de categorias: argumenta que raça, gênero e classe estão interligados na cultura, formando relações de poder que não podem ser estudadas isoladamente.

- Crítica às categorias fixas: critica estereótipos simplistas, ressaltando a necessidade de considerar as experiências múltiplas e as posições híbridas das identidades sino-americanas.
- Hibridismo cultural: enfatiza que essas experiências representam negociações culturais marcadas pelo colonialismo, racismo e imigração.
- Representação cultural: aponta que estereótipos são reforçados na mídia, mas também há espaço para narrativas desafiadoras que refletem as tensões interligadas de raça, classe e gênero.

Um exemplo fundamental da imagem projetada sobre a mulher sino-americana foi experienciado pela primeira atriz com essa ascendência a ganhar destaque internacional: Anna May Wong (1905–1961). Mesmo em um momento histórico marcado pela discriminação contra qualquer corpo que fugisse à norma da estética europeia, a carreira de Wong foi delimitada por suas características físicas — o que hoje, no Brasil, nomeamos como fenótipo. Seus olhos, lábios, nariz e cabelo a restringiam a papéis que correspondiam à visão preconceituosa da época sobre as mulheres chinesas. Embora tenha nascido em Los Angeles, ela era constantemente escalada para interpretar a 'submissa mulher oriental' (Theatermania, 2011).

Vale ressaltar também a importância de Anna May Wong como ativista. Ela chegou a deixar os Estados Unidos em busca de melhores oportunidades de trabalho, principalmente após ser rejeitada para o papel de uma protagonista chinesa. A personagem, em contrapartida, foi dada a uma atriz branca, expondo uma prática que Wong denunciava: o cinema era dominado por atores brancos que se passavam por pessoas asiáticas — uma prática conhecida como yellowface, similar ao que ocorria com o blackface para personagens negros. O caso foi particularmente grave, pois se tratava de um filme em que a personagem principal chinesa seria representada por uma mulher branca, negando a Wong a oportunidade de interpretar um papel de destaque que lhe caberia por direito (Theatermania, 2011).

Considerações finais

A análise demonstra que o ambiente corporativo em Hierarquia reproduz hierarquias coloniais, onde minorias são toleradas, mas excluídas de espaços de poder. A meritocracia revela-se um mito que mascara privilégios estruturais, enquanto microagressões e silenciamento perpetuam violências interseccionais. A obra de Wan destaca a urgência de desconstruir narrativas hegemônicas e amplificar vozes marginalizadas, reforçando o papel político da literatura na denúncia de opressões.

Partindo da lógica de que a estrutura de poder no meio corporativo e na sociedade em geral se organiza a partir da centralidade de sistemas como o racismo, o sexismo e o classismo — que atuam de forma imbricada, tornando impossível determinar qual desses fatores promove maior exclusão financeira e social —, aproxima-se, em certa medida, o grande grupo formado por todas as pessoas que não são homens brancos. Essas pessoas, como aquelas com fenótipos negros, indígenas e asiáticos, sofrem preconceitos raciais, conforme teorizado por autoras afrodiaspóricas, Beatriz Nascimento (2021) e Carla Akotirene (2019).

O texto explora possíveis pontos de conexão entre o preconceito contra asiáticos, como o vivido pela personagem sino-americana, e o preconceito enfrentado por mulheres. Embora sejam violências distintas, ambas têm em sua gênese a aplicação das hierarquias sociais formuladas no período colonial. Tais hierarquias posicionam brancos europeus no topo, negros africanos na base e asiáticos e indígenas em uma posição intermediária: não totalmente "civilizados" como os brancos, mas também não reduzidos à condição "bestial" atribuída aos negros. Essa estrutura mantém-se como pilar de opressões contemporâneas.

Conclui-se, portanto, que a experiência sino-americana se desenvolve em uma encruzilhada única, marcada por um duplo legado. De um lado, a luta histórica de figuras como Anna May Wong contra a exotização e a marginalização racial no Ocidente; do outro, a herança de um debate de gênero na China que evoluiu de forma distinta, impulsionado por um projeto de nação e por cosmologias próprias. A teoria de Rey Chow fornece o arcabouço para entender essa identidade diaspórica, forjada na tensão entre a rejeição e a negociação cultural. Nesse sentido, a interseccionalidade emerge como a única abordagem capaz de dar conta dessa complexidade, permitindo que as mulheres sino-americanas articulem uma identidade que não é nem puramente "chinesa", nem totalmente "americana", mas sim um campo híbrido e politicamente potente onde raça, gênero e pertencimento são constantemente redefinidos.

Referências

AFONG, Lai. **A Chinese Golden Lily Foot [fotografia]**. Década de 1870. Impressão em álbum (albumen print), 270 × 210 mm. Hong Kong. Em: COMMONS, Wikimedia. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_Chinese_Golden_Lily_Foot,_Lai_Afong,_c1870_s.jpg. Acesso em: 22 ago. 2025. Obra em domínio público.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

BARBOSA, L. **Igualdade e Meritocracia, a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1999

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004 (Capítulo 9: Abordagens).

CAMPOS, Isabele Fontenele de Santiago et al. **Síndrome do impostor e sua associação com depressão e burnout entre estudantes de medicina**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 46, p. e068, 2022.

CELSO, Antonio. **A fonte fecunda**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

CHEN, Ya-chen. **Breaking Feminist Waves: The Many Dimensions of Chinese Feminism**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

CHOW, Rey. **Writing diaspora: Tactics of intervention in contemporary cultural studies**. Indiana University Press, 1993.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções letais: Raça, gênero e violência**. Boitempo Editorial, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. Feminist Theory, v. 1, n. 2, p. 124-139, 1989

CURIEL, Ochy. **Crítica Pós-Colonial a Partir das Práticas Políticas do Feminismo Antirracista**. Nômadias, v. 26, p. 92-101, 2007. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>. Acesso em 18/09/2021

ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, Ana Gretel; INÉS CEJAS, Mónica. **A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade**: Lélia González. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 66–89, 2021. DOI: 10.21057/10.21057/repamv15n1.2021.40454. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454>. Acesso em: 1 jan. 2025.

EDIÇÃO, S. **Apesar dos enormes desafios para superar o racismo estrutural, Brasil celebra o Dia da Consciência Negra em meio à globalização do debate.** Entrevista especial com Kabengele Munanga. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/599927-apesar-dos-enormes-desafios-para-superar-o-racismo-estrutural-brasil-celebra-o-dia-da-consciencia-negra-em-meio-a-globalizacao-do-debate-entrevista-especial-com-kabengele-munanga>>. Acesso em: 4 jan. 2025.

MIZAEL, T. M. **Microagressões raciais de gênero experienciadas por mulheres negras:** revisão da literatura. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 15, n. 43, 2024. pg. 3. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1484>. Acesso em: 29 dez. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

THEATERMANIA. **Film + Video Show and Tell #5:** Anna May Wong: In Her Own Words. [S.l.], CRS (Center for Remembering and Sharing), New York City, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.theatermania.com/shows/new-york-city-theater/film-video-show-and-tell-5-anna-may-wong-in-her-own-words_187549/. Acesso em: 21 ago. 2025.

WAN, Helen. **Hierarquia:** o livro que deu origem à série da Netflix. São Paulo: Astral Cultural, 2022. 320 p.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.